



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

CONTRATO Nº 0XX/2026 QUE FAZEM ENTRE SI, O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ E A EMPRESA X.

SEI Nº 26.14.000003522-7.

O **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ**, Entidade de Fiscalização da Profissão Médica, instituída pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, com sede na Rua Victório Viezzer, 84, CEP 80.810-340, Curitiba - PR, CNPJ nº 75.060.129/0001-94, por intermédio de seu representante legal, neste ato representado pelo seu Presidente **Dr. EDUARDO BAPTISTELLA**, médico regularmente inscrito no CRM-PR sob nº 20.011, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **X**, inscrita no CNPJ sob nº x, sediada na Rua x, x, x, CEP x, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **Sr. x, x**, tendo em vista o que consta no Processo de Compras e Serviços - **PCS nº 040/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90003/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de cartões eletrônicos, operados em arranjo de pagamento aberto, na modalidade flex total (saldo único), destinados à **concessão de vale-alimentação e vale-refeição** aos empregados do CRM-PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS	QUANTIDADE ESTIMADA DE BENEFICIÁRIOS	VALOR UNITÁRIO DO BENEFÍCIO	TAXA DE ADM.	VALOR MENSAL	QUANT. DE MESES	VALOR TOTAL ANUAL
1	Gerenciamento VA/VR	Efetivos	123	R\$ 1.477,96	___%	R\$ __	12	R\$ __
		Aprendizes	5	R\$ 550,00		R\$ __		R\$ __
			128			R\$ __		R\$ __

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Licitação;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

1.3.3. A Proposta da Contratada; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1.O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, iniciado a partir da data de assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. Em conformidade com a cláusula 9ª, §8º, do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2027, o CRM-PR passará, **a partir de setembro de 2026, a conceder o auxílio-alimentação/refeição exclusivamente por meio de cartão eletrônico.**

2.2.A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1.Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Objeto da solução:

3.1.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de benefício de auxílio alimentação/refeição, na modalidade de saldo flextotal (saldo único);

3.1.2. A disponibilização do benefício ocorrerá por meio de cartões eletrônicos com chip de segurança, senha pessoal e tecnologia compatível com pagamentos eletrônicos, operando em arranjo de pagamento aberto, vinculado a bandeiras de ampla aceitação nacional, aptas à realização de transações em qualquer terminal de pagamento eletrônico da rede de aceitação, vedada qualquer restrição relacionada à captura, processamento ou aceitação das transações por rede exclusiva ou equipamento específico;

3.1.3. Os cartões deverão ser personalizados e conter, no mínimo, identificação do beneficiário e do CRM-PR, observados os requisitos de segurança da informação e proteção de dados pessoais aplicáveis, sendo permitida, de forma adicional/complementar, a disponibilização de cartão em formato digital (carteira eletrônica) em aplicativo oficial da Contratada, com as mesmas funcionalidades do cartão físico;

3.1.4. A solução deverá permitir ao CRM-PR, a qualquer tempo, a inclusão ou exclusão de beneficiários no sistema de gestão, com processamento imediato ou no próximo ciclo de crédito, sem a cobrança de qualquer taxa administrativa, tarifa de emissão de cartão ou custos operacionais adicionais;

3.1.5. A prestação dos serviços deverá observar integralmente a legislação aplicável ao PAT e as normas do Banco Central do Brasil, assegurando mecanismos de controle, rastreabilidade, transparência das operações e proteção dos dados pessoais dos beneficiários, nos termos da legislação vigente;

3.1.6. A operacionalização do benefício deverá ser compatível com eventuais evoluções regulatórias aplicáveis ao PAT, inclusive quanto à portabilidade do benefício, quando regulamentada, mediante solicitação expressa do usuário;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

3.1.7. O sistema de gerenciamento deverá possibilitar mecanismos de identificação da natureza dos estabelecimentos integrantes da rede de aceitação, com vistas ao monitoramento da utilização do benefício em conformidade com as finalidades do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, devendo contemplar, sempre que tecnicamente possível, parâmetros de bloqueio ou restrição de utilização em estabelecimentos cuja atividade econômica seja incompatível com despesas de alimentação e refeição, observadas as informações cadastrais disponíveis, inclusive CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

3.2. Execução operacional da solução:

3.2.1. Na fase inicial da contratação, a solução deverá contemplar:

I – Cadastramento dos beneficiários;

II – Emissão, personalização e entrega dos cartões;

III – Disponibilização e parametrização do sistema de gestão, contemplando:

a) Vinculação dos cartões aos beneficiários;

b) Implementação das regras de utilização definidas pelo Contratante;

c) Configuração operacional do modelo flex total (saldo único), conforme parâmetros estabelecidos pelo Contratante;

IV – Realização de testes operacionais e validação da solução antes do início da execução contratual.

3.2.2. Durante a vigência contratual, a solução deverá assegurar:

I – Disponibilização periódica dos créditos aos beneficiários;

II – Processamento e autorização das transações;

III – Manutenção de rede de aceitação compatível com a abrangência geográfica de atuação do CRM-PR e respectivas regiões metropolitanas;

IV – Funcionamento contínuo dos sistemas e serviços;

V – Bloqueio, desbloqueio E substituição de cartões sem qualquer custo adicional para o beneficiário ou para o CRM-PR, inclusive nos casos de perda, furto, roubo ou desgaste



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

natural, devendo o novo cartão físico ser entregue diretamente no endereço cadastrado do beneficiário ou, alternativamente, na sede do CRM-PR ou representação a que o beneficiário estiver alocado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação;

VI – Atendimento aos usuários e à Administração.

3.3 Sistema de gestão e funcionalidades:

3.3.1. A Contratada deverá disponibilizar sistema eletrônico de gestão, acessível ao CRM-PR por meio de interface web segura, que permita:

- I – Gestão de beneficiários (inclusões, exclusões e alterações cadastrais);
- II – Acompanhamento em tempo real das recargas e créditos disponibilizados;
- III – Consulta a saldos, extratos e histórico de utilização consolidado ou por beneficiário;
- IV – Emissão de relatórios gerenciais e financeiros exportáveis em formatos abertos (CSV, PDF, XLS);
- V – Monitoramento da execução contratual.
- VI – Parametrização e acompanhamento das regras operacionais previamente estabelecidas.

3.3.2. A Contratada deverá disponibilizar plataforma eletrônica equivalente (aplicativo móvel para sistemas Android e iOS) acessível por meio digital ao beneficiário, permitindo, no mínimo:

- I – Consulta de saldo e extrato detalhado contendo o nome do estabelecimento e valor gasto;
- II – Bloqueio e desbloqueio temporário ou definitivo do cartão;
- III – Consulta à rede de aceitação por meio de geolocalização;
- IV – Acesso às informações do benefício e canais de suporte;
- V – Gerenciamento de senha e dados de acesso.

3.4. Rede de aceitação:



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

3.4.1. A solução deverá assegurar rede de aceitação compatível com as modalidades alimentação e refeição, contemplando, no mínimo, estabelecimentos das seguintes naturezas:

I – Alimentação: supermercados, mercados, mercearias, açougues, padarias, hortifrútis e estabelecimentos congêneres;

II – Refeição: restaurantes, lanchonetes, padarias com serviço de refeição e estabelecimentos similares;

3.4.2. A rede de aceitação deverá apresentar cobertura adequada nas localidades de atuação do CRM-PR e, respectivas regiões metropolitanas, garantindo acesso efetivo ao benefício pelos usuários.

3.4.3. A Contratada deverá assegurar, durante toda a execução contratual, a atualização, regularidade e adequada disponibilidade da rede de aceitação.

3.5. Forma de repasse dos valores:

3.5.1. O modelo de execução da solução baseia-se no repasse mensal antecipado dos valores destinados aos benefícios, conforme os quantitativos definidos pelo CRM-PR.

3.5.1.1. O montante repassado corresponderá ao total dos benefícios do período, acrescido da taxa de administração contratada, quando houver, sendo vedada a cobrança de quaisquer tarifas adicionais para emissão, reemissão ou manutenção dos cartões.

3.5.2. Para garantir a pontualidade, a Autarquia efetuará o repasse financeiro com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data pretendida para o crédito, e a Contratada deverá disponibilizar os créditos integralmente aos beneficiários no primeiro dia de cada mês, ou em até 24 (vinte e quatro) horas úteis após a confirmação do pagamento no caso de créditos extraordinários.

3.5.4. A Contratada deverá assegurar a total transparência e rastreabilidade do processo, garantindo que os valores transferidos sejam convertidos em créditos sem retenções indevidas.

3.5.5. Em caso de desligamento do beneficiário, o CRM-PR poderá solicitar o bloqueio do cartão. Os saldos remanescentes que não tenham sido utilizados pelo beneficiário desligado e que, por força normativa do PAT ou decurso de prazo prescricional, retornem à disponibilidade do Contratante, deverão ser revertidos em créditos para o CRM-PR ou abatidos na fatura subsequente.

3.6. Atendimento e suporte:



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

3.6.1. A solução deverá contemplar canais de atendimento diversificados (telefônico gratuito, aplicativo, WhatsApp e/ou e-mail) aos usuários e ao CRM-PR, para esclarecimento de dúvidas, suporte operacional e registro de ocorrências.

3.6.2. O atendimento deverá ocorrer de forma contínua e eficiente, assegurando o tratamento tempestivo das demandas, observados os seguintes prazos máximos de resposta (SLA):

I – Bloqueio de cartão por perda, furto ou roubo: imediato (24h por dia, 7 dias por semana) por meio de canal automatizado (URA ou Aplicativo);

II – Resolução de problemas com créditos não inseridos ou problemas de processamento na rede: até 4 (quatro) horas úteis após a abertura do chamado pelo CRM-PR;

III – Demais chamados administrativos do CRM-PR: até 24 (vinte e quatro) horas úteis.

3.6.3. A Contratada responderá civil e administrativamente por qualquer incidente de segurança da informação ou vazamento de dados dos beneficiários sob sua custódia, devendo manter os padrões exigidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

3.7. Da Capilaridade e Abrangência da Rede de Aceitação:

3.7.1. A rede de aceitação deverá observar o levantamento das necessidades e os requisitos mínimos de capilaridade previamente definidos, garantindo ampla cobertura nas cidades adiante elencadas e suas respectivas regiões metropolitanas, bem como em outros municípios do Estado do Paraná em que venham a ser instaladas novas unidades:

1. Conselho Regional de Medicina do Paraná (Matriz Curitiba)
2. Representação Regional do CRM-PR em Apucarana
3. Representação Regional do CRM-PR em Araçongas
4. Representação Regional do CRM-PR em Campo Mourão
5. Representação Regional do CRM-PR em Cascavel
6. Representação Regional do CRM-PR em Cornélio Procopio
7. Representação Regional do CRM-PR em Foz do Iguaçu
8. Representação Regional do CRM-PR em Francisco Beltrão
9. Representação Regional do CRM-PR em Guarapuava
10. Representação Regional do CRM-PR em Guaratuba
11. Representação Regional do CRM-PR em Irati
12. Representação Regional do CRM-PR em Londrina
13. Representação Regional do CRM-PR em Maringá
14. Representação Regional do CRM-PR em Pato Branco
15. Representação Regional do CRM-PR em Ponta Grossa



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

16. Representação Regional do CRM-PR em Rio Negro
17. Representação Regional do CRM-PR em Telêmaco Borba
18. Representação Regional do CRM-PR em Toledo
19. Representação Regional do CRM-PR em Umuarama
20. Representação Regional do CRM-PR em União da Vitória

3.7.2. Em razão da operacionalização por arranjo aberto, a rede de aceitação será caracterizada pela abrangência da bandeira disponibilizada, devendo a Contratada assegurar a utilização do benefício nos estabelecimentos comerciais que aceitem a referida bandeira e estejam classificados em categorias compatíveis com despesas de alimentação e refeição, conforme códigos de categoria do estabelecimento (MCC) e regras aplicáveis ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

3.8. A execução contratual observará a demanda efetiva da Administração, podendo o quantitativo de beneficiários sofrer variações ao longo da vigência contratual em razão de admissões, desligamentos, afastamentos, inclusões ou exclusões de empregados, bem como em decorrência da criação, ampliação, transferência ou encerramento de unidades e representações institucionais no Estado do Paraná.

3.8.1. Tais variações são inerentes à natureza do serviço e **não** caracterizam alterações qualitativas do objeto ou modificações capazes de afetar o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, desde que mantidos os preços unitários adjudicados.

3.9. Em razão da natureza continuada e variável da prestação, o valor contratual possui caráter estimativo, sendo os pagamentos realizados de acordo com a quantidade efetiva de beneficiários ativos e os créditos efetivamente disponibilizados em cada período de apuração, formalizando-se as variações mediante apostilamento, observada a disponibilidade orçamentária

4. CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL, E DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A Gestora do contrato é a Coordenadora do Departamento de Recursos Humanos, Sr.^a Ana Cristina Kokott. A fiscal é a Sr.^a Lucilene Aparecida de Oliveira Espinel.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. O valor da taxa de administração é de __%, resultando no valor total da contratação de R\$__.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CRM-PR para o exercício de 2026, na seguinte classificação:

6.2.2.1.1.33.90.39.020 - Pré-Empenho nº 28052026-1.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

7.1. Do Recebimento do Objeto:

7.1.1. Para fins de faturamento e recebimento, a periodicidade da prestação dos serviços será mensal, correspondendo a cada ciclo regular de disponibilização de créditos aos beneficiários.

7.1.2. O recebimento das parcelas mensais da contratação obedecerá às seguintes etapas, em estrita observância ao art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

7.1.2.1. Recebimento Provisório: ocorrerá de forma automática em até 2 (dois) dias úteis contados do primeiro dia do mês de fruição do benefício (ou da data da efetiva liberação dos créditos), mediante a disponibilização, pela Contratada, dos relatórios sistêmicos que comprovem a regular carga e a integridade dos saldos nas contas de todos os beneficiários cadastrados;

7.1.2.2. Recebimento Definitivo: ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, após a lavratura de Termo Detalhado pela fiscalização técnica e administrativa do CRM-PR, contendo:

a) A validação de que os créditos foram integralmente disponibilizados sem ocorrências sistêmicas ou reclamações de indisponibilidade de saldo não sanadas no SLA;

b) A verificação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da Contratada junto ao SICAF;

c) A formalização do ateste definitivo;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

7.1.3. Caso seja identificada qualquer inconsistência, divergência de valores ou falta de carga nos cartões de beneficiários ativos durante a fase de recebimento provisório, o prazo para o recebimento definitivo ficará suspenso, sem configuração de aceite tácito da execução contratual.

7.1.3.1. A fiscalização notificará a Contratada eletronicamente, a qual disporá do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para sanar a inconsistência, sem ônus para a Autarquia, reiniciando-se a contagem do prazo de recebimento definitivo após a regularização.

7.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações do Termo de Referência, hipótese em que a Administração notificará a Contratada para a sua imediata regularização, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, sendo facultado ainda ao CRM-PR, observados o contraditório e a ampla defesa:

7.1.4.1. Exigir a restituição de valores indevidamente executados, creditados a maior ou não disponibilizados corretamente aos beneficiários;

7.1.4.2. Executar a garantia contratual, nos limites dos prejuízos efetivamente apurados; ou

7.1.4.3. Instaurar processo administrativo para aplicação das penalidades previstas no Capítulo 8 do Termo de Referência;

7.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e contratual da Contratada pela perfeita execução do objeto, tampouco afasta a responsabilidade por vícios, falhas operacionais, indisponibilidade sistêmica ou incidentes relacionados à segurança da informação, nos termos da legislação vigente.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. A taxa de administração ofertada será fixa e irrevogável durante todo o período da contratação, incluindo eventuais prorrogações.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com validade anual, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, em percentual correspondente a 1% (um por cento) do valor anual estimado da contratação.

10.2. A Contratada deverá formalizar e comprovar a prestação da garantia de execução contratual no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da convocação pela Administração, devendo sua apresentação ocorrer previamente ou no ato da assinatura do instrumento contratual, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, nos termos da legislação vigente.

10.3. No caso de prorrogação da vigência, a garantia deverá ser renovada ou endossada, no ato da assinatura do respectivo termo aditivo, sob pena de suspensão dos pagamentos, mantendo-se o percentual de 1% (um por cento) sobre o novo valor anual do contrato.

10.4. Se o valor da garantia for utilizado para o pagamento de quaisquer obrigações, inclusive multas, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação pelo CRM-PR, sob pena de rescisão contratual.

10.5. Após a extinção do contrato e o cumprimento integral das obrigações, o CRM-PR restituirá a garantia no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, com atualização monetária no caso de caução em dinheiro, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

10.6. A garantia responderá pelo inadimplemento das cláusulas contratuais e pelas multas aplicadas, podendo ser substituída por outra modalidade mediante autorização do CRM-PR, desde que mantida a eficácia e a continuidade da cobertura.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

11.1. As responsabilizações estão descritas a partir da página 06 do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal da Contratada, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

12.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o Contratante, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3 Das indenizações e multas.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

12.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.10 O Contratante poderá ainda:

12.10.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pela Contratada, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.10.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da Contratada decorrentes do contrato.

12.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133 de 2021).

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. É eleito o Foro da Comarca da Justiça Federal de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e testemunhas.

Dr. Eduardo Baptistella

Presidente do CRM-PR

Dr. Maurício Natel Benetti

Tesoureiro do CRM-PR

Sr. x

Contratada

Sr.ª Marília Rosa da Silva Schrederhof

Testemunha



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

Sr. Júlio Francisco Santos Lage

Testemunha